



O artigo seguinte destina-se a estimular o intercâmbio e a discussão sobre o Rendimento Básico - na Europa em particular, mas também em qualquer outro contexto. Embora especialmente adequado para contextos católicos, a sua mensagem não se esgota apenas nesses locais, porque o Rendimento Básico, entendido como um direito humano, diz respeito a todos nós.

Ao mesmo tempo, o texto deve encorajar as pessoas a comprometerem-se com a ideia do Rendimento Básico, por exemplo, assinando a [Iniciativa de Cidadania Europeia "Rendimento Básico Incondicional \(RBI\) em toda a UE"](#) e apoiando o RBI no âmbito da [Conferência sobre o futuro da Europa](#).

Dr. Markus Schlagnitweit, Diretor da [Academia Social Católica da Áustria](#) (ksoe)

O Papa Francisco e o Rendimento Básico, no contexto da Teologia e da Doutrina Social da Igreja Católica

E agora também o Papa: há um ano atrás, no Domingo de Páscoa de 2020, o Papa Francisco escreveu uma carta aos membros dos *movimentos populares*, que são principalmente ativos na América Latina, prestando assim homenagem ao seu trabalho, muitas vezes escondido. Mencionou vendedores de rua, recolhedores de lixo, trabalhadores das colheitas, pequenos agricultores, trabalhadores da construção civil e pessoas em atividades de assistência e cuidadores (referindo-se tanto a mulheres como a homens). O Papa referiu-se aos seus importantes contributos para a coexistência social. No entanto, porque permanecem em grande parte invisíveis para a economia, com os seus mecanismos orientados para o mercado, o seu trabalho não recebe o reconhecimento adequado, muito menos as garantias legais que os protegem.

Este fenómeno social não se limita de forma alguma ao contexto latino-americano. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), dois mil milhões de pessoas em todo o mundo - um terço das quais mulheres - trabalham sem qualquer seguro contra doença, acidente, desemprego ou pensão. No contexto da pandemia global e das suas necessárias contramedidas, que restringem gravemente a vida económica, um número maior de pessoas pode acabar por morrer de fome, pobreza e doença, do que do próprio vírus, devido à inexistência de mecanismos de proteção social. Do mesmo modo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) assinala que nos países mais pobres do mundo, sete em cada dez trabalhadores vivem do trabalho informal, não tendo por isso direito a assistência social. Por estas razões, o Papa, na sua Carta, apoia a ideia de um rendimento básico para os cuidadores, mas também para os trabalhadores em situações precárias ou informais - não só durante, mas também depois de a crise pandémica ter sido ultrapassada:

- Um Rendimento Básico resgataria uma exigência "tão humana e ao mesmo tempo tão cristã: nenhum trabalhador sem direitos".

Apenas meio ano mais tarde, no Outono de 2020, o Papa Francisco voltou a dar seguimento ao tema. No seu livro "Ousa sonhar"¹, e em conversas com o jornalista Austen Ivereigh, mostra caminhos corajosos para sair da crise da Covid19 e apela a nada menos que uma ordem mundial completamente nova, ou a um realinhamento da sociedade no mundo pós-Covid.

A ideia de um Rendimento Básico Incondicional e universal (RBI) desempenha ali um papel central na ideia de uma sociedade pós-Covid.

Os principais argumentos do Papa para isso são:

- O RBI reformularia as relações no mercado de trabalho e garantiria às pessoas a dignidade de rejeitar as condições de emprego que as manteriam na pobreza.
- Poderia dar às pessoas a segurança básica de que precisam, mas também remover o estigma de um estado social paternalista, que os mantém num estado de dependência, e
- também facilitaria a troca de empregos, sendo que os processos de automação e desenvolvimento tecnológico exigem cada vez mais esta capacidade,
- finalmente, um RBI poderia libertar todas as pessoas, permitindo-lhes conciliar as exigências do mercado de trabalho com o seu envolvimento na comunidade.

Na sua carta, o Papa Francisco não desenvolve os seus argumentos a favor de um RBI, de que haveria muito a ganhar com isso, para o debate político sobre o projeto concreto de um sistema social baseado em RBI, seu financiamento e suas consequências para outros sectores sociais, como educação, saúde, etc. Numerosos comentários críticos sobre a aprovação Papal de um RBI, acusam-no de falta de realismo, põem em questão a sua competência específica, ou relativizam as declarações do Papa em relação à sua formação cultural. Possivelmente a ideia Papal de um "Rendimento Básico universal" refere-se apenas a uma espécie de assistência social mínima mundial, a um nível tão baixo que, embora trouxesse uma melhoria para centenas de milhões de pessoas, nas regiões pobres do mundo, que o Papa pode ter mais em mente do que seus antecessores, seria de fato indiscutível, por exemplo, em contextos sociais europeus.²

No entanto, podem ser tiradas fortes conclusões dos pensamentos centrais do Papa Francisco sobre o RBI para o debate interno da Igreja sobre o mesmo tema, para o qual a Doutrina Social da Igreja Católica [doravante: DSIC] deve constituir a base de referência central. Ocasionalmente, esta é precisamente utilizada contra a ideia de um RBI - erradamente, na minha opinião.

1. Os direitos e a dignidade dos trabalhadores

A Carta papal do Domingo de Páscoa de 2020 também teve uma ampla ressonância dentro da Igreja. É de salientar especialmente, neste contexto, a reação do Presidente da Conferência dos Jesuítas do Canadá e dos EUA, Timothy Kesicki³, que colocou a preocupação do Papa plenamente em consonância com a primeira Encíclica social da Igreja Católica, a Rerum novarum, cuja publicação se celebra agora pela 130ª vez: um Rendimento Básico pode contribuir significativamente para a salvaguarda dos direitos e da dignidade dos trabalhadores.

¹ Pp. Franziskus, „Ousa sonhar!“ Mit Zuversicht aus der Krise, München (Kösel) 2021, ISBN 978-3-466-37272-0.

² Neste sentido se manifestou o Presidente da Associação Alemã de Empresários Católicos (BKU) U. Hemel numa entrevista à Domradio.de, a 4 de dezembro de 2020 (<https://www.domradio.de/nachrichten/2020-12-04/wirtschaftlich-unrealistisch-bku-zu-papst-forderung-nach-bedingungslosem-grundeinkommen>).

³ Comparar: „Faith in Action“ de 12.4.2020 (<https://faithinaction.org/news/pope-francis-sends-letter-to-movement-leaders-on-easter-sunday-amid-covid-19-calls-on-world-to-consider-universal-basic-wage/>).

De fato, é uma exigência fundamental de justiça, da proclamação social da igreja moderna, desde a *Rerum novarum*, que todos os trabalhadores - e, com eles, todos aqueles pelos quais eles são responsáveis - possam viver com segurança do rendimento do seu trabalho ("salário agregado familiar"). No entanto, não seria realista querer responder a essa reivindicação, apenas através de uma luta solidária dos trabalhadores, para garantir salários suficientes e, além disso, organizar redes de proteção social para garantir a subsistência de todos aqueles que, devido a doença, acidente, velhice, formação, desemprego ou outras causas, estão impossibilitados de trabalhar. As informações da OIT e do PNUD, acima mencionadas, por outro lado, chamam a atenção para o *crescente* número de pessoas em relações de trabalho precárias - independentemente das convulsões relacionadas com a pandemia nos mercados de trabalho - que de facto têm trabalho, mas que não têm um Rendimento salarial capaz de garantir a sua existência e a daquelas pessoas que lhes estão confiadas, muito menos em caso da perda total de rendimento, devido a eventos fatais.

Mas, mesmo a simples garantia de um nível de pura subsistência de rendimentos familiares (seja através de emprego remunerado ou, no caso de incapacidade laboral, através de pagamentos de transferência social correspondentes) não seria suficiente para satisfazer a verdadeira preocupação básica da *Rerum novarum*. Esta primeira Encíclica social procurava uma resposta para a questão social fundamental da integração social da mão-de-obra industrial, que era essencial no seu tempo. Esta questão de integração, contudo, não se limita de modo algum a questões de mera subsistência. Ela deve sobretudo encontrar uma resposta na garantia dos direitos e liberdades civis básicos gerais, bem como dos direitos sociais, económicos e culturais fundamentais, tal como foram formulados, cerca de meio século depois, no Artigo 22 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948: "*Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.*". O artigo 23 da mesma Declaração aprofunda estes direitos, estipulando o direito de cada pessoa ao trabalho, à livre escolha da profissão, a condições de trabalho decentes e satisfatórias e à proteção contra o desemprego. Ao fazê-lo, porém, enfatiza obviamente a visão historicamente desenvolvida (mas, em última análise, contingente) das sociedades modernas de emprego remunerado, segundo a qual o trabalho humano é simplesmente equiparado ao emprego remunerado e cujo exercício representa ao mesmo tempo o "caso normal", para o estabelecimento da segurança dos meios de subsistência, ou o pré-requisito para "usufruir [...] dos indispensáveis direitos económicos, sociais e culturais". O direito de todo o ser humano ao trabalho, consagrado no Artigo 23, torna-se assim um direito ao emprego remunerado e, sob a forma de uma economia de mercado livre, que se tornou quase comum em todo o mundo, ao trabalho de mercado, "comercializável".

A garantia de um direito ao emprego remunerado que assegure a própria sobrevivência- especialmente enquanto preserva também outros direitos fundamentais, como a livre escolha da profissão, condições de trabalho adequadas e satisfatórias e proteção contra o desemprego - está, contudo, em contradição, tanto lógica como prática, com os princípios fundamentais da economia de mercado, sobretudo com a função central de controlo do livre jogo da oferta e da procura. Esta dificuldade é abordada de duas maneiras nas sociedades modernas de emprego assalariado: a fim de poder garantir o direito ao emprego remunerado, que assegura a própria sobrevivência, a qual, na lógica da própria sociedade do emprego remunerado, se torna uma necessidade humana existencial básica, a medida do crescimento económico já não tem de ser

orientada para a satisfação de outras necessidades básicas, mas principalmente para a produção de uma oferta suficiente de emprego remunerado.⁴

Por outro lado, sob a premissa normativa de assegurar o próprio sustento através dos rendimentos do trabalho remunerado, que caracteriza as sociedades de emprego remunerado, o direito humano ao trabalho está a ser transformado numa obrigação de trabalhar. Por exemplo, estudos de longo prazo sobre o desenvolvimento de medidas de política do mercado de trabalho para combater o desemprego (remunerado) e das condições de elegibilidade para os subsídios de desemprego, mostram uma erosão constante e um enfraquecimento das condições de razoabilidade, ao aceitar um emprego remunerado.⁵ Além disso, há tendências para associar o direito de transferir pagamentos, ao abrigo da legislação social - no caso de desemprego (falta de) emprego - ao desempenho de trabalho. Modelos concretos para não conceder mais subsídios de desemprego - (a que as pessoas têm direito, porque pagam para o sistema de segurança social) - sem a prestação de serviços socialmente necessários ou úteis em troca, existem há muito tempo, ou já estão até a ser implementados em alguns locais. Na realidade, estas tendências mostram claramente o primado de uma justificação do trabalho obrigatório, face a uma implementação de um direito ao trabalho, correspondente à dignidade humana. Em qualquer caso, a priorização do dever de trabalhar, em vez do direito ao trabalho é uma tentação óbvia e constante numa sociedade de emprego remunerado.

No entanto, a legislação (social) estatal em particular não deve sucumbir a tal tentação. Tendo em conta a necessária neutralidade do Estado, relativamente a diferentes conceitos de "boa vida" por parte das suas cidadãs e seus cidadãos, é inaceitável postular uma forma de vida possível - nomeadamente a ética do trabalho historicamente, contingente e ideologicamente baseada na sociedade do emprego remunerado - como norma geralmente vinculativa e de a fixar no direito social. Em vez disso, seria tarefa do Estado - que deve permanecer neutro em termos de ideologia - desenvolver e assegurar novas possibilidades para todos, de participarem na riqueza da sociedade.

Os dois artigos acima mencionados sobre Direitos Humanos podem fornecer um padrão fiável de valor, que resulta do desenvolvimento histórico. A declaração do direito ao trabalho, no Artigo 23, teve lugar - como já mencionado - no contexto sócio-histórico da sociedade industrial moderna. Hoje - tendo em conta, quer a impossibilidade factual, quer a justificação tecnológica, em primeiro lugar desnecessária, de assegurar este direito para todos - teria de ser complementado, se não mesmo totalmente substituído pelo "direito a um salário garantidor da existência", como um direito social básico. Um Rendimento Básico Incondicional - RBI - garantiria, pelo menos materialmente, o direito humano geral e universal à segurança social e à participação social, independentemente da posse de um emprego remunerado.

2. O que é "trabalho"?

A questionabilidade da ética do trabalho, historicamente contingente das sociedades modernas de emprego assalariado, mas que ainda domina a maioria das políticas sociais atuais, baseia-se principalmente no seu estreitamento do conceito de trabalho aos serviços que são considerados "negociáveis" nos mercados relevantes e que são, portanto, pagos. Os defensores deste acoplamento normativo de emprego remunerado e segurança de subsistência - especialmente nas discussões sobre o RBI em contextos especificamente cristãos - referem-se frequentemente a um princípio "bíblico":

⁴ "Crescimento económico para garantir e aumentar o emprego" é o slogan-chave da política económica, que implica uma série de distorções, que vão desde o excesso de produção, obsolescência planeada de produtos e consumo artificialmente estimulado, até consequências ecológicas desastrosas.

⁵ Ver, por exemplo, E. Tálos/H. Obinger, Sozialstaat Österreich (1945-2020), Innsbruck (Studienverlag) 2020, ISBN 978-3-7065-6052-8.

Na 2ª Carta do Apóstolo Paulo aos Tessalonicenses lê-se: "*Quem não quiser trabalhar, também não deve comer*"⁶.

Apenas aqueles que não *querem* trabalhar, de acordo com o padrão bíblico, não teriam direito a subsistência. É claro que isto não se aplica a pessoas que *querem* trabalhar, mas não têm, ou não conseguem encontrar um trabalho adequado para garantir o seu sustento. Neste caso, outra passagem bíblica deve ser tida em conta. Na parábola bíblica dos 'trabalhadores diários' da primeira e última hora⁷, todos recebem o mesmo salário (familiar) no final do dia: aqueles que só encontraram trabalho pouco antes do fim do dia de trabalho e, portanto, só trabalharam durante um curto período de tempo e logicamente com um resultado de trabalho correspondentemente mais baixo, tal como os outros que já tinham trabalhado (e em alguns casos significativamente) mais tempo. O direito a uma subsistência a que isto se refere não é, portanto, de forma alguma medido pelo trabalho efetivo realizado, ou pelo valor de mercado, ou rendimento do trabalho realizado, mas apenas pela vontade de trabalhar de princípio. A parábola acima referida pode, no entanto, ser interpretada ainda mais ao longo da sua lógica interior: se o valor de mercado do trabalho realizado, no sentido do conceito bíblico de justiça, não constitui uma justificação adequada para a sua remuneração (que assegura a subsistência), ou é dissociado do mesmo, não deveria isto aplicar-se também, em geral, à comercialização do trabalho humano, ou seja, à questão de saber qual a forma de trabalho que gera um direito ao pagamento? Por outras palavras: a Bíblia reconhece um dever (moral) de trabalhar, como um pré-requisito para o direito à segurança social, mas de modo algum equipara isto a um trabalho mercantil, "comercializável"!

É precisamente isto que o Papa Francisco sublinha na sua Carta Pascal de 2020, quando se foca nas inúmeras pessoas que realizam trabalho socialmente significativo, importante, mesmo necessário, mas obviamente não mercantil, "comercializável". É precisamente para estas pessoas que ele exige um modo de vida socialmente garantido. De facto, é a ligação da segurança social a empregos remunerados comercializáveis e "negociáveis", nos sistemas sociais tradicionais, que leva a distinções paradoxais, em última análise absurdas e, de qualquer modo, injustas: o cozinheiro, o professor, a cuidadora dos idosos "trabalham", porque recebem um salário pelo seu trabalho; a dona de casa, a mãe, a filha que cuida dos seus pais idosos, fazem mais ou menos o mesmo, mas não "trabalham", ou apenas em pequena medida, de acordo com os critérios de vontade de trabalhar e das condições para obter outros direitos sociais no sistema social tradicional. Existem atualmente estudos económicos, amplamente reconhecidos, que calculam que, pelo menos dois terços de todos os serviços socialmente necessários, ou significativos a nível mundial, não são remunerados, e são em grande parte realizados por mulheres: em agregados familiares, sob a forma de trabalho voluntário, etc. Estes são os trabalhos - e o Papa Francisco refere-se a isto, pelo menos implicitamente, no seu livro "Ousa sonhar" - que são indispensáveis para uma coexistência social funcional e que contribuem significativamente para a qualidade de vida. Mas eles não são reconhecidos como trabalho pela consciência dominante, nem pelos sistemas sociais atuais. Ocasionalmente há tentativas de combater esta injustiça - sempre no quadro do paradigma da sociedade do trabalho, de ligar trabalho e rendimento - por exemplo, contando também os períodos de trabalho familiar, no cálculo das prestações da segurança social. Mas, em primeiro lugar, há muitos outros serviços de trabalho não remunerado, que ainda não são aqui registados. Em segundo lugar, o seu registo total (se isso fosse possível de todo) levaria a uma 'economização' quase completa de todas as áreas da vida, o que não estaria de acordo com o espírito da Doutrina Social Católica (DSIC). É precisamente a prestação de serviços não remunerados entre pessoas que é uma expressão direta, e ao mesmo tempo um campo de aprendizagem para essa solidariedade, que deve ser considerada como uma "vitamina básica" indispensável da coesão social.

⁶ 2Tessal. 3,10b

⁷ Mateus 20,1-16

Não há dúvida: de acordo com a visão bíblica do homem, e conseqüentemente também na Doutrina Social da Igreja Católica, o trabalho é constitutivo para o desenvolvimento da pessoa humana. Neste contexto, a DSIC fala mesmo da "dignidade do trabalho" e não hesita em postular o trabalho como um dever moral de cada ser humano, de acordo com as suas possibilidades. Isto também não é contestado de forma alguma pelo Papa Francisco, quando se pronuncia a favor de um Rendimento Básico universal. No entanto, o conceito bíblico de trabalho e a DSIC nele baseada, tal como o Papa Francisco, não se limita ao conceito restrito de emprego remunerado. Para a DSIC, o trabalho não tem apenas uma *função natural* na tarefa de assegurar a subsistência ou de ganhar a vida. Como participação na obra divina da criação (*dimensão religiosa*), deve ter também uma relação positiva com o ambiente e o mundo à nossa volta. O trabalho tem também uma *dimensão pessoal*, na medida em que nele as pessoas realizam a sua dignidade pessoal, à imagem do seu Deus criador.⁸ Finalmente, o trabalho também integra as pessoas socialmente, criando reconhecimento e oportunidades de participação e envolvimento social. Esta *dimensão social e política* do trabalho, reivindicada pela DSIC, é largamente negada na dominante economia de mercado, pelo menos a todo o trabalho não remunerado. O dever moral de trabalho, mencionado na 2. Carta aos Tessalonicenses e afirmado pela DSIC, só pode, em qualquer caso, aplicar-se a formas de trabalho, em que as dimensões do trabalho verdadeiramente humano, exigidas pela DSIC, estejam numa relação equilibrada entre si, ou seja, se a função natural não domina unilateralmente todas as outras dimensões. Assim, nem todas as formas de emprego remunerado, oferecidas hoje em dia no mercado de trabalho, são automaticamente "trabalho bom" e digno, que serve o desenvolvimento do ser humano e ao qual só uma pessoa pode ser *moralmente* obrigada. E, do ponto de vista da DSIC, um sistema social, que mede o cumprimento deste dever de trabalhar, exclusivamente em termos de integração no mercado de trabalho, e apenas "intervém", se tal for impossível, deve ser alvo de críticas. Inversamente, a realização de um RBI pode dar um valioso contributo para quebrar a ligação entre a segurança social e participação social e o emprego remunerado, em consonância com o mercado - o que gera injustiça social e outras distorções - bem como o estreitamento do conceito de trabalho a isso mesmo. A experiência mostra que o debate sobre um RBI, por si só, também promove o debate continuamente indispensável sobre o sentido, a dignidade e o significado do trabalho, quer para o desenvolvimento da pessoa humana, quer para a coesão social.

3. Libertação para a própria responsabilidade

O princípio da subsidiariedade da DSIC *proíbe* todas as unidades socialmente superiores de assumirem tarefas que também podem ser resolvidas por unidades sociais subordinadas. Ao mesmo tempo, porém, *obriga* as unidades superiores a intervir - subsidiariamente, no verdadeiro sentido da palavra - onde as unidades subordinadas são sobrecarregadas.

As polémicas conservadoras contra um RBI localizam aqui precisamente a sua contradição a este princípio básico da DSIC. A sua acusação é: um RBI nega às pessoas a capacidade de cuidarem da sua própria existência. Em vez disso, elas são "*forçadas a ser felizes*", através de pagamentos de transferência, de que podem nem sequer precisar ou querer. Para além do erro puramente formal-lógico nesta acusação⁹, deve

⁸ Contudo, estas exigências não são, de forma alguma, satisfeitas por atividades que são pagas, mas que podem até ser destrutivas para o ambiente, para aumentar a injustiça social, ou para prejudicar gravemente, ou humilhar a própria pessoa trabalhadora.

⁹ Para além do facto de os conceitos modernos de RBI preverem frequentemente reformas da tributação dos rendimentos, no sentido de que, com base numa progressão fiscal correspondente, as pessoas com rendimentos correspondentemente elevados "restituiriam" os seus rendimentos básicos ao público em geral, através do imposto sobre o rendimento, de qualquer forma, as pessoas teriam total liberdade para doar novamente o seu RBI, dá-lo, oferecê-lo, etc., se não o quisessem absolutamente aceitar.

ser evidente, pelo que foi dito acima, o seguinte: a economia de mercado dominante não cria oportunidades suficientes e igualmente acessíveis, para que todas as pessoas cumpram o seu dever moral de fazer um "bom" trabalho, no sentido da DSIC. E, devido à sua própria lógica, ela também não tem interesse original nenhum em o fazer. Neste contexto, porém, um RBI não contradiz o princípio da subsidiariedade da DSIC, mas pode - pelo contrário - ser mesmo justificado por ela.

Tendo em conta o fracasso da economia de mercado, em oferecer a todas as pessoas dispostas a tal, uma oportunidade de "bom" trabalho, no sentido da DSIC e, portanto, de uma forma de subsistência humana e socialmente justa, o RBI tem um efeito de subsidiariedade, no verdadeiro sentido da palavra¹⁰: o indivíduo ganha a liberdade de exercer um trabalho que cumpra os requisitos da DSIC para um "bom" trabalho, e ao qual só ele, ou ela, pode ser moralmente obrigado/a. É precisamente esta visão da subsidiariedade que o Papa Francisco também apresenta no seu livro "Ousa sonhar", como linha de argumentação para a introdução de um RBI. Um RBI reformularia as relações no mercado de trabalho e garantiria às pessoas a liberdade, moralmente indispensável¹¹, para recusar condições de emprego que ponham em perigo a sua dignidade, que as mantenham na pobreza, ou que apenas pressões existenciais de sobrevivência as obriguem a aceitar.

No seu livro, o Papa vai ainda mais longe: completamente contra os argumentos dos opositores do RBI, que o tentam denunciar como paternalismo social, ou como uma expressão do paternalismo do Estado Providência, ele adverte também contra a estigmatização de um Estado Providência paternalista e ao mesmo tempo criador de dependência, mas vê um RBI precisamente como um antídoto para isso, porque aumenta a liberdade e, portanto, também a responsabilidade do indivíduo em qualquer caso, em vez de a limitar.

O facto de, na opinião do Papa, um RBI poder facilitar até a alternância entre empregos, como exigem cada vez mais as formas de trabalho impulsionadas pela tecnologia, ele mostra também o quanto considera um RBI como um verdadeiro "*subsidium*" contemporâneo para garantir o princípio da subsidiariedade, entendido inteiramente no sentido da DSIC, com o seu duplo impulso, mencionado anteriormente.

4. Reforço da solidariedade

A solidariedade pode ser descrita como a "vitamina básica" da coesão social. A DSIC não compreende, portanto, a solidariedade prioritariamente como uma exigência moral, ou uma atitude solidária como uma virtude moral, mas sim como um facto de ser, como uma *condição constitutiva* e básica do funcionamento da vida social. Por mais que a pessoa humana singular seja a "causa-raiz [...], portadora e meta de todas as instituições sociais"¹², que possuem a sua justificação na medida em que promovem, protegem e garantem o seu livre desenvolvimento, o certo é que a liberdade da pessoa humana não é, por sua vez, um fim em si mesma, mas, como sua condição prévia, ela está inseparavelmente ligada à responsabilidade moral do ser humano individual, como ser social. Por outras palavras: a sociedade e as suas instituições devem servir o livre desenvolvimento da pessoa humana. Esta, por sua vez, desdobra-se precisamente na modelação ativa e participativa da vida social.

¹⁰ Do Latim: *subsidium*= Ajuda, Apoio

¹¹ Os círculos conservadores gostam de reduzir o princípio da subsidiariedade da DSIC ao "princípio da responsabilidade individual". Ao fazê-lo, ignoram deliberadamente o facto de que - seguindo um paradigma ético básico - a responsabilidade pressupõe sempre a liberdade, no sentido de poder escolher entre diferentes opções de ação, sem restrições ou fatores de influência externa. A ausência desta liberdade básica faz com que qualquer conversa sobre "responsabilidade" não tenha sentido. Onde esta liberdade básica não existe, ela deve, - como condição prévia para a aplicação do princípio da subsidiariedade e ao mesmo tempo com base nela! - ser primeiro estabelecida!

¹² Vaticano II, Encíclica Gaudium et Spes, 25.

Os críticos de um RBI veem-no como um perigo para o princípio básico da solidariedade da DSIC, de duas maneiras:

- a) Se a parte da população que cria os valores económicos para poder financiar um RBI para todos, se tornar cada vez mais pequena, isso poderá exagerar a sua disponibilidade para mostrar solidariedade e, em última análise, levar a uma divisão da sociedade. No entanto, este argumento só é válido no conceito paradigmático de trabalho e criação de valor (que é questionável, como já foi demonstrado) de uma sociedade de emprego remunerado, que só reconhece o emprego remunerado clássico, o qual pode ser comercializado no mercado de trabalho, como trabalho que cria valor económico. No entanto, os valores económicos são também gerados sem remuneração - como a Carta Papal da Páscoa de 2020 igualmente indica - mesmo na maioria dos casos. Assegurar um modo de vida suficiente para as pessoas que, predominante, ou mesmo exclusivamente, dão o seu contributo à sociedade, desta forma, sem uma remuneração garantida, seria, portanto, uma expressão de solidariedade social - e não uma ameaça para a mesma.
- b) A referência ao perigo de um RBI poder ser mal utilizado por partes significativas da sociedade, para evitar dar a sua própria contribuição produtiva para a vida social, também não se aplica realmente. Pelo contrário, pode assumir-se que o comportamento solidário do ser humano é, em grande medida, moldado pelas experiências sociais. Não poderá ser que só as pessoas que se sentem pouco apreciadas, exploradas ou excluídas pela sociedade em que vivem, têm, compreensivelmente, pouca motivação para devolver algo de sua livre vontade a esta sociedade que as "trata mal"? E, inversamente, não podemos assumir também que, uma sociedade que sinaliza apreciação e aceitação incondicionais a todos os seus membros - por exemplo, através de um RBI (!) - pode contar com uma elevada vontade dos mesmos de devolverem muito a esta sociedade que os "trata bem"? Precisamente por isso, um RBI aumentaria enormemente o grau de solidariedade social - tanto ao nível das atitudes, como dos comportamentos e ações solidárias.

Este é precisamente o contexto para o qual aponta o argumento do Papa Francisco, segundo o qual, um RBI poderia libertar todas as pessoas, para interligarem o ganhar a vida e trabalharem para a comunidade. O Papa parece considerar estes dois aspectos da vida social humana como garantidos e, ao mesmo tempo, como igualmente importantes. Ambos são indispensáveis e necessários para o desenvolvimento da pessoa humana e ambos são mutuamente interdependentes. Em qualquer caso, um RBI pode garantir o equilíbrio necessário entre eles, muito melhor do que uma sociedade de emprego assalariado, que privilegia o ganho de vida e, ao mesmo tempo, se apropria gratuitamente dos frutos do compromisso igualmente vital com a comunidade.

5. Reivindicação moral suprema

Finalmente, uma observação fundamental sobre a interdependência entre liberdade e responsabilidade moral: os críticos de um RBI receiam frequentemente o surgimento de danos graves ao desempenho e à ética de trabalho de uma sociedade. "Com um Rendimento Básico, ninguém quereria trabalhar mais", dizem eles. Mas, com isso, eles não defendem só uma visão extremamente pessimista da humanidade.¹³ O conceito de moralidade, aqui utilizado, é também extremamente questionável. Assim, presume-se implicitamente que as pessoas só podem ser obrigadas a comportar-se com integridade moral, através de

¹³ Não acreditam eles que cada ser humano tem um interesse original, embora por vezes "enterrado", em fazer algo significativo, ou que dê sentido à sua vida? E o que é considerado "significativo" depende fortemente, como mostra a experiência, do seu reconhecimento pelo mundo à nossa volta.

pressões ou sanções externas. No entanto, isto ignora a primeira condição básica da ação moral: a liberdade. A responsabilidade moral pressupõe a liberdade (tal como a liberdade, evidentemente, exige a sua utilização responsável).

Admitimos: O perigo de abuso está sempre presente onde há liberdade. Mas deverá ela ser reduzida o mínimo possível, através de pressão legal, ou da ameaça de sanções? Em qualquer caso, a experiência da pedagogia mostra que uma educação que se limita a traçar limites, prescrever regras e aplicar sanções e nunca liberta as pessoas para a liberdade, não gera pessoas com integridade moral. O resultado é, na melhor das hipóteses, pessoas moralmente controladas, que sempre se desviam do que é permitido (mas de forma alguma do que é bom *por si mesmo*), enquanto não são capazes de agir *moralmente*, no sentido pleno da palavra, ou seja, a partir do discernimento interior e da liberdade. É certamente tarefa do *sistema jurídico* estatal estabelecer o quadro e as normas necessárias para uma coexistência social funcional. No entanto, a ética cristã não pode satisfazer-se com a mera salvaguarda legal da ordem social. O objetivo deve ser sempre o desenvolvimento da pessoa humana como um ser *moral*, ou seja, o tratamento responsável do ser humano com, ou na sua liberdade.

O Papa Francisco parece estar convencido de que um RBI aumentaria, de qualquer forma, a liberdade de todas as pessoas. Contudo, na avaliação da ética social cristã, esta maior liberdade não significa de modo algum um perigo para a moralidade pública, mas - precisamente ao contrário - um aumento significativo da reivindicação moral da sociedade, em relação a todos os seus membros, como sujeitos morais! Assim, quanto mais liberdade uma sociedade concede e garante aos seus membros, em termos de liberdade de ação individual, maior é a justificação para sancionar severamente os comportamentos prejudiciais à sociedade.¹⁴

O argumento de que um RBI promove comportamentos anti-sociais, ou mesmo individualmente imorais, é, portanto, completamente infundado. Pelo contrário, um RBI faz exigências morais a cada pessoa, muito superiores aos modelos sociais tradicionais. Ninguém que beneficia de um RBI poderá mais dizer: "Na verdade, eu queria fazer algo completamente diferente com a minha vida, mas nunca tive a oportunidade de o fazer". A liberdade concedida por um RBI confronta - de forma bastante injustificada - as pessoas com a questão do sentido das suas vidas. Talvez seja precisamente isto que faz com que muitas pessoas - consciente ou inconscientemente - se preocupem e por vezes até tenham medo, quando pensam num RBI. Este medo deve ser levado a sério, mas não é um argumento fundamental contra um RBI. Pelo contrário, ele aponta tarefas importantes para o sistema educativo: os objetivos educativos das instituições públicas teriam de ser menos orientados para as exigências dos mercados de trabalho e mais para a necessidade de permitir às pessoas desenvolverem as suas próprias capacidades e talentos e, nesta base, serem capazes de responder à questão do sentido das suas vidas, de uma forma positiva.

6. Teologia do Rendimento Básico

"Será o conceito de um RBI baseado numa visão realista do homem e será que ele leva suficientemente a sério a fundamentada ruptura bíblica e pecaminosa do homem?" Esta é, em última análise, a questão teológico-antropológica decisiva sobre a ideia de um RBI. Por outras palavras: está o ser humano pronto para um RBI? Não precisa ele, sobretudo, de instâncias de controlo e outros meios de pressão, para agir de uma forma socialmente aceitável e não anti-social, ou seja, para não explorar a liberdade concedida, em detrimento de si próprio ou da sociedade?

¹⁴ Numa sociedade com RBI, isto aplicar-se-ia em particular ao trabalho não declarado, corrupção, etc.

Para a fé cristã, isto levanta uma questão fundamental, ainda mais abrangente: por mais que seja verdade que a antropologia bíblica não cultiva qualquer optimismo ingénuo, em relação a uma "bondade natural e original" do homem, ela também não partilha o pessimismo antropológico dos cépticos do RBI. Pois isto denunciaria, no mesmo fôlego, toda a mensagem bíblica, especialmente a mensagem do Sermão da Montanha, como (politicamente) irrelevante e irrealista. A sua ideia central e dinâmica básica sustenta que é possível aos seres humanos serem curados, através da experiência da sempre incondicional atenção e amor divinos, e se tornarem capazes de ultrapassar os limites do egocentrismo, em resposta a esta experiência, e de voltarem a amar incondicionalmente a si próprios. Este é o cerne insuperável da mensagem bíblica, especialmente da mensagem de Jesus! - Aqueles que rejeitam a concepção humanista do RBI como irrealista, ingénuo e mal orientada, devem aceitar ser censurados pela teologia cristã, por acusarem o próprio Deus de uma concepção falsa e irrealista do homem, quando Ele oferece ao homem o dom do Seu amor - incondicionalmente. Sem prestação antecipada, sem compensação, sem qualquer outro mérito, e apenas na confiança de que o homem é capaz de encontrar uma resposta adequada a esta prestação antecipada e incondicional de Deus.

Neste contexto, o conceito de um RBI poderia mesmo ser visto como uma tentativa de implementação sociopolítica direta, da categoria-básica bíblica da Incondicionalidade. A sociedade concede e abre incondicionalmente às pessoas a liberdade de se comportarem de acordo com esta prestação adiantada e de contribuírem assim com o que puderem, para uma coexistência social bem sucedida - ou não. A responsabilidade pessoal que se espera do indivíduo, com a concessão de um RBI, é - como já foi salientado - incomparavelmente maior do que em todos os outros modelos sociais, que se baseiam no controlo de prestação e em proibições punitivas, por abuso. Mas é precisamente esta - certamente arriscada - imposição de liberdade e responsabilidade, que encontra o seu modelo na incondicionalidade, em que o Deus bíblico se impõe e se entrega ao homem.

O Papa Francisco não faz qualquer referência teológica explícita, nas suas declarações positivas, sobre um Rendimento Básico universal. Mas, o próprio facto de ele expressar a sua opinião sobre a ideia de um RBI, pela primeira vez, e precisamente numa Carta Pascal, dá a entender que a sua defesa de um RBI deve ser também ancorada numa fundamentação explicitamente teológica.

7. Resumo

Certamente, a manifestação e realização final do Reino de Deus ainda está para vir. Na tensão escatológica entre o "*já e o ainda não*", o verdadeiro caminho político para a realização de um RBI não será realizado sem compromissos e passos intermédios. Neste sentido, uma sociedade de RBI não será realizável de um dia para o outro, mas exigirá passos de implementação inteligentes, mas determinados, em muitas áreas da política social, cuja enumeração ou apresentação não é a tarefa deste artigo. O conceito de um RBI deve antes ser visto como uma reivindicação sociopolítica de orientação, ou uma declaração de objetivos com relevância real-política, desde que a *Realpolitik* não seja vista como um pragmatismo cego, mas sim como execução e implementação de todas as etapas necessárias para atingir um objetivo, reconhecido como significativo e desejável.

Ao mesmo tempo, deve ficar claro que, a introdução de um RBI não marca um caminho único: se um RBI serve apenas para "expulsar" socialmente, e assim marginalizar ainda mais, grupos populacionais precários. Ou antes para modernizar a organização social e a política social sob condições de produtividade sem precedentes - especialmente devido à tecnologia - e libertá-los das distorções e injustiças, causadas pelo paradigma do emprego assalariado industrial-social (mas assim historicamente contingente), não é de modo algum uma conclusão inevitável, e nesse caso o RBI terá de continuar a ser objeto de debate político.

Finalmente, seria também ingénuo acreditar que um RBI resolveria todos os problemas e desafios da coesão social e da justiça social de uma só vez.

Esta ingenuidade não deve certamente ser imputada ao Papa Francisco que, no entanto, defende claramente um RBI e - como este artigo tentou demonstrar - se pode considerar assim firmemente baseado nos ensinamentos da Doutrina Social da Igreja. Pode ser que a imagem do homem e da sociedade, que está subjacente ao conceito de um RBI e da fé cristã, não seja partilhada por todos. No entanto, não contradiz os princípios básicos da DSIC, mas - pelo contrário! - pode ser colocado em harmonia com eles e pode mesmo ser justificado de um ponto de vista bíblico-teológico. Este artigo pretende mostrar que, pelo menos os cristãos - independentemente das suas preferências políticas partidárias e interesse políticos - devem analisá-lo com seriedade.

Viena, em Junho de 2021

Dr. Markus Schlagnitweit, Diretor da [Academia Social Católica da Áustria](#) (ksoe)

Traduzido do [alemão](#) por: Manuel Campos.



Tradução financiada pela Rede de Rendimento Básico (Netzwerk Grundeinkommen Deutschland)
<https://www.grundeinkommen.de/>
<https://www.grundeinkommen.de/portugues>